

N. F. Nº - 232340.0083/15-8
NOTIFICADO - CARRARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁRMORE E GRANITO LTDA. - ME
NOTIFICANTE - JOSÉ LUÍS COUTO MULLEM
ORIGEM - DAT METRO / IFMT METRO
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 06/06/2024

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0101-04/24NF-VD**

EMENTA: ICMS. MULTA. EQUIPAMENTO POS (POINT OF SALE). UTILIZAÇÃO IRREGULAR. FALTA DE AUTORIZAÇÃO. Embora a notificada alegue que o equipamento POS, ali se encontrava, apenas para efetuar um pagamento em face de compra realizada pelo estabelecimento da Carrara Indústria, não carrega qualquer prova que pudesse amparar a sua tese defensiva. Notificação fiscal **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, lavrada em 10/11/2015, com recusa de assinatura por parte da autuada, exige multa no valor histórico de R\$ 13.800,00, em decorrência da seguinte infração:

Infração 01 - 060.005.002: Contribuinte utilizou irregularmente o ECF ou outro equipamento que permita o controle fiscal, inclusive em operações ou prestações realizadas com o uso de equipamento “PÓS” (*Point of Sale*) ou similares, não integrados ao ECF, ou utilizados por estabelecimentos diversos do titular para o qual esteja o “PÓS” vinculado.

Consta ainda que: “*Notificação Fiscal referente à 01 ocorrência(s) de Penalidade Fixa de ECF*”.

A Notificada apresenta justificação às folhas 18/19, mediante a qual contesta o presente lançamento, aduzindo as razões a seguir.

Narra que, no exato momento da fiscalização, foi pego a máquina da Madeireira Guarajá, Inscrição Estadual nº 100.685.163. Explica que o funcionário da referida empresa tinha levado para passar o cartão da autuada, pegando a mesma.

Alega que isto pode ser provado através das notas fiscais de compra que possui em seu poder.

Pede o cancelamento da notificação.

Termos em que pede deferimento

Por falta de previsão na legislação, não há informação fiscal.

Esse é o relatório.

VOTO

Como não foram aduzidas questões preliminares, adentro diretamente ao mérito da notificação, conforme segue.

A conduta autuada foi descrita como “*Contribuinte utilizou irregularmente o ECF ou outro equipamento que permita o controle fiscal, inclusive em operações ou prestações realizadas com o uso de equipamento “PÓS” (Point of Sale) ou similares, não integrados ao ECF, ou utilizados por estabelecimentos diversos do titular para o qual esteja o “PÓS” vinculado*”. Trata-se de apreensão de equipamento PÓS, flagrado em uso no estabelecimento autuado, e cuja autorização pertence a outro estabelecimento, da empresa Madeireira Guarajá, de Inscrição Estadual nº 100.685.163, conforme esclarece a autoridade fiscal, à folha 03 do processo, bem como no termo de Apreensão, anexado à folha 07.

O Sujeito Passivo se opõe ao lançamento. Embora admita que o equipamento foi apreendido no interior de seu estabelecimento, alega que lá estava porque o funcionário da Madeireira Guarajá o havia levado para “passar o cartão da nossa empresa”.

Assevera que pode provar o quanto alega, mas não anexa elementos que pudessem corroborar o pedido de cancelamento da notificação.

Examinando os elementos do processo, é possível notar que a fiscalização anexou comprovante de extrato do POS, em uso no estabelecimento notificado, bem como a leitura “X” do equipamento, que comprovam tratar-se de equipamento pertencente a estabelecimento de terceiro.

Embora a notificada alegue que o equipamento POS ali se encontrava apenas para efetuar um pagamento em face de compra realizada pelo estabelecimento da Carrara Indústria, não carrega qualquer prova que pudesse amparar a sua tese defensiva.

Assim, entendo que o Sujeito Passivo sucumbiu às provas acostadas ao processo, sendo forçoso reconhecer que a presente notificação fiscal é procedente.

Diante do exposto, julgo PROCEDENTE a Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar **PROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº 232340.0083/15-8, lavrada contra **CARRARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁRMORE E GRANITO LTDA. – ME**, devendo ser intimado o notificado a recolher a multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$ 13.800,00**, prevista no artigo 42, inciso XXII da Lei nº 7.014/96, alterada pelas Leis nºs 8.534/02 e 12.917/13, com os acréscimos moratórios estabelecidos pela Lei nº 9.837/05.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 14 de maio de 2024.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA - PRESIDENTE

LUIZ ALBERTO AMARAL DE OLIVEIRA - RELATOR

MARIA AUXILIADORA GOMES RUIZ - JULGADORA